

RESUMO DA SEMANA COMEX

LEGISLAÇÃO E NOTÍCIAS



02 a 06 de maio de 2022

Saiba tudo sobre o AFRMM - Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante

1. O que é AFRMM?

AFRMM é a sigla para Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante, que conforme explicamos, é a taxa que incide sobre o valor do frete cobrado pelas empresas brasileiras e estrangeiras de navegação que operam em porto brasileiro, de acordo com o conhecimento de embarque e o manifesto e carga.

2 . Para que serve o AFRMM?

A arrecadação da taxa é destinada à União como encargo por seu apoio ao desenvolvimento da marinha mercante e da indústria de construção e reparação naval brasileiras. Portanto, é a fonte básica do Fundo da Marinha Mercante (FMM).O FMM é gerenciado pelo Ministério da Infraestrutura, através do CDFMM, que é o Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante.

3. A quem deve ser a responsabilidade de recebimento e destinação?

De acordo com a Receita Federal do Brasil (RFB), responsável pela cobrança da taxa, o fato gerador do AFRMM é o início efetivo da operação de descarregamento da embarcação em porto brasileiro, a qual pode ser proveniente do exterior, em navegação de longo curso ou de portos brasileiros, em navegação de cabotagem ou em navegação fluvial e lacustre. O proprietário da carga transportada é solidariamente responsável pelo tributo e deve pagá-lo antes de receber a mercadoria já nacionalizada.

4. FATOR GERADOR E BASE DE CÁLCULO

O Fato Gerador do AFRMM é o início efetivo da operação de descarregamento da embarcação em porto brasileiro, a qual pode ser proveniente do exterior, em navegação de longo curso ou de portos brasileiros, em navegação de cabotagem ou em navegação fluvial e lacustre.

Nota Importante: O pagamento não é no momento da retirada do porto. Em caso de dúvidas, consulte um Despachante Aduaneiro habilitado e capacitado.

5. Como calcular o AFRMM?

O AFRMM é calculado sobre o valor do transporte aquaviário, aplicando-se as seguintes alíquotas:

I - 8% (oito por cento) na navegação de longo curso; (Redação dada pela [Lei nº 14.301, de 2022](#))

II - 8% (oito por cento) na navegação de cabotagem; (Redação dada pela [Lei nº 14.301, de 2022](#))

III - 40% (quarenta por cento) na navegação fluvial e lacustre, por ocasião do transporte de granéis líquidos nas Regiões Norte e Nordeste; (Redação dada pela [Lei nº 14.301, de 2022](#))

IV - 8% (oito por cento) na navegação fluvial e lacustre, por ocasião do transporte de granéis sólidos e outras cargas nas Regiões Norte e Nordeste. (Incluído pela [Lei nº 14.301, de 2022](#))

- **1º O conhecimento de embarque é o documento hábil para comprovação do valor da remuneração do transporte aquaviário.**
- **2º Nos casos em que não houver a obrigação de emissão do conhecimento de embarque, o valor da remuneração do transporte aquaviário, para fins de cálculo do AFRMM, será apurado por declaração do contribuinte.**
- **3º Sobre as mercadorias destinadas a porto brasileiro que efetuarem transbordo ou baldeação em um ou mais portos nacionais não incidirá novo AFRMM referente ao transporte entre os citados portos, se este já tiver sido calculado desde a sua origem até seu destino final.**

6 Isenção ou suspensão da taxa.

Há diversas situações em que é possível pedir a isenção ou suspensão da taxa, como por exemplo,

- a)As empresas beneficiárias de Drawback Suspensão,**
- b)Regime Aduaneiro de Entrepasto Industrial sobre Controle Informatizado (Recof),**
- c)Admissão Temporária ou que importam produtos para pesquisas científicas,**
- d)amostras sem valor comercial e outras.**
- e)Empresas sob regime de simples estão isenta.**

f) Embarcações, armamentos equipamentos etc., com fins militares importados pelo :Ministério da Defesa.

g) Bens específicos como livros, jornais, periódicos e papel de impressão

h) Doações sem fins comerciais destinadas a organizações filantrópicas;

i) Cargas regidas por regimes especiais;

7. Como solicitar tais benefícios

A solicitação deste benefício pode ser feita de forma automática pelo sistema Mercante da Receita Federal Brasileira, o que agiliza o processo até o deferimento do pedido, sem prejudicar o controle aduaneiro e o fluxo da carga.

A isenção ou suspensão do AFRMM pode influenciar fortemente nas despesas do processo, já que seu recolhimento está ligado ao valor do frete marítimo. Empresas que se valem de algum regime para evitar o desembolso da taxa conseguem manter um fluxo de caixa mais saudável.

Há diversas situações em que é possível pedir a isenção ou suspensão da taxa, como por exemplo, as empresas beneficiárias de Drawback Suspensão, Regime Aduaneiro de Entrepósito Industrial sobre Controle Informatizado (Recof), Admissão Temporária ou que importam produtos para pesquisas científicas, amostras sem valor comercial e outras.

A solicitação deste benefício pode ser feita de forma automática pelo sistema Mercante da Receita Federal Brasileira, o que agiliza o processo até o deferimento do pedido, sem prejudicar o controle aduaneiro e o fluxo da carga.

A isenção ou suspensão do AFRMM pode influenciar fortemente nas despesas do processo, já que seu recolhimento está ligado ao valor do frete marítimo. Empresas que se valem de algum regime para evitar o desembolso da taxa conseguem manter um fluxo de caixa mais saudável.

8º COMO PAGAR

O pagamento pode ser feito a qualquer momento, após a chegada da carga e antes da data prevista para a saída da mesma do porto.

O Fato Gerador do AFRMM é o início efetivo da operação de descarregamento da embarcação em porto brasileiro, a qual pode ser proveniente do exterior, em navegação de longo curso ou de portos brasileiros, em navegação de cabotagem ou em navegação fluvial e lacustre.

Com as alterações trazidas pelas [Lei nº 14.301/22](#) no Diário Oficial de 25/03/2022, a administração das atividades relativas à cobrança, fiscalização, arrecadação, restituição e ressarcimento do AFRMM passou a ser de responsabilidade da Receita Federal do Brasil (RFB).

LEI Nº 10.893, DE 13 DE JULHO DE 2004.

Art. 9º Na navegação de longo curso, quando o frete estiver expresso em moeda estrangeira, a conversão para o padrão monetário nacional será feita com base na tabela "taxa de conversão de câmbio" do Sistema de Informações do Banco Central - SISBACEN, utilizada pelo Sistema Integrado do Comércio Exterior - SISCOMEX, vigente na data do efetivo pagamento do AFRMM.

Art. 16. Sobre o valor do AFRMM pago em atraso ou não pago, bem como sobre a diferença decorrente do pagamento do AFRMM a menor que o devido, incidirão multa de mora ou de ofício e juros de mora, na forma prevista no § 3º do art. 5º e nos arts. 43, 44 e 61 da [Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996](#). (Redação dada pela [Lei nº 12.599, de 2012](#))

Notícias Siscomex Importação nº 008/2022

AFRMM - Alteração de Alíquota

Publicado: 28/03/2022 10:14

Última modificação: 28/03/2022

Informamos que, com a promulgação das partes vetadas da [Lei nº 14.301, de 7 de janeiro de 2022](#), no Diário Oficial da União em 25 de março de 2022, passaram a vigorar as novas alíquotas do Adicional de Frete para a Renovação da Marinha Mercante – AFRMM aos conhecimentos eletrônicos – CE cujo fato gerador do tributo ocorreu a partir dessa data.

Considerando que:

a) nos termos do art. 4º da [Lei 10.893/2004](#), o fato gerador do AFRMM é o início efetivo da operação de descarregamento da embarcação em porto brasileiro;

b) o Sistema Mercante efetua o cálculo para pagamento do AFRMM observando a alíquota vigente na data de pagamento,

Orientamos o contribuinte para, ao efetuar o pagamento dos CE cujo fato gerador tenha ocorrido antes da vigência das novas alíquotas, recolher o saldo devido de AFRMM por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais – DARF, sob o código de arrecadação 3709.

Destacamos os textos legais abaixo, publicados nos Diários Oficiais da União do dia 03 de Maio de 2022

Ato abaixo refere-se a Ato publicado dia Porto Alegre, 15 de Dezembro de 2021 - nº 4943

Dispõe sobre a prorrogação excepcional de prazos de isenção, de redução a zero de alíquotas ou de suspensão de tributos em regimes especiais de drawback.

Legislação	Número	D.O.U	Entra em vigor:
MEDIDA PROVISÓRIA	Nº 1.079	15/12/2021	15/12/2021
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.079, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2021 - Dispõe sobre a prorrogação excepcional de prazos de isenção, de redução a zero de alíquotas ou de suspensão de tributos em regimes especiais de drawback.			
Art. 1º Esta Medida Provisória dispõe sobre a prorrogação excepcional de prazos de isenção, de redução a zero de alíquotas ou de suspensão de tributos em regimes especiais de drawback.			
Art. 4º A Lei nº 14.060, de 2020, passa a vigorar com as seguintes alterações:			
"Art. 1º Esta Lei prorroga os prazos de isenção, de redução a zero de alíquotas ou de suspensão de tributos previstos nos atos concessórios do regime especial de drawback que tenham sido prorrogados por um ano pela autoridade fiscal e que tenham termo em 2020." (NR)			

Legislação	Número	D.O.U	Entra em vigor:
RESOLUÇÃO GECEX	Nº 332	05/05/2022	05/05/2022

A legislação inclui na Resolução GECEX nº 272/2021, o Anexo VIII relativo as Concessões Tarifárias Decorrentes de Compromissos na Organização Mundial do Comércio (OMC), com as NCMs 1001.19.00 e 1001.99.00 - Trigo.

A alíquota do Imposto de Importação fica estabelecida em zero por cento, observando a cota de importação de 750.000 toneladas conjunta para as NCM 1001.19.00 e 1001.99.00. (Trigo).

As importações provenientes de países que o Brasil possua acordo comercial, e que tenha estabelecido na sua redação o livre comércio para os respectivos bens enquadrados nas NCM acima, não poderão usufruir da cota de importação.